

CONTRATO ESPECIAL PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Por este instrumento particular, de um lado,

PARANAGUÁ SANEAMENTO S. A., com sede no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Rua Vieira dos Santos, nº 333, Campo Grande, CEP 83.203-050, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 01.691.945/0001-60, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, doravante denominado simplesmente "**CONTRATADA**" e, de outro lado,

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL - SR-III, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Praça Pereira Oliveira, nº 13, 5º andar, Sala 501, Centro, CEP 88.010-540, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 29.979.036/1162-89, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente "**CONTRATANTE**".

CONTRATADA e CONTRATANTE, em conjunto, serão doravante denominados como "**Partes**", e, individualmente como "**Parte**".

têm entre si, justo e contratado, com base no fundamento legal da situação fática de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do artigo 25, "caput" da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 15.608/97, art. 35, o **CONTRATO ESPECIAL PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO** ("**Contrato**"), que será regido pelas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, dos serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário, onde disponível, para atender a Agência de Previdência Social - APS no Município de Paranaguá/PR, onde detém exclusividade, prevista nos termos da Lei Municipal nº 2.000/1997, que regulamenta em âmbito municipal tais serviços, localizada no seguinte endereço: Praça João Gualberto, nº 267, Bairro —, CEP —, Paranaguá/PR, Matrícula 1291-2.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS MEDIÇÕES

As leituras, para efeito de faturamento, serão realizadas abrangendo um período aproximado de 30 (trinta) dias de consumo. A critério da CONTRATADA, poderão ser executadas leituras periódicas a fim de exercer o controle sobre os hidrômetros e as variações de consumo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA procederá, a seu critério, aferições nos hidrômetros, informando à CONTRATANTE das condições de seu estado de conservação. Poderá a CONTRATANTE solicitar aferições em qualquer tempo, desde que se responsabilize pelo pagamento das despesas correspondentes, se o equipamento de medição for encontrado dentro dos limites de variação toleráveis pelas normas vigentes. Todos os custos de reparação de hidrômetros danificados correrão por conta da CONTRATANTE, desde que os danos não sejam decorrentes de desgastes naturais, casos fortuitos ou de força maior, nos quais não haja nexos causal em relação a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na eventualidade de ocorrerem defeitos em qualquer hidrômetro a apuração real do consumo mensal, fica estabelecido que a CONTRATADA substituirá o hidrômetro avariado e efetuará a avaliação. Caso a avaria do hidrômetro tenha sido provocada, a CONTRATADA cobrará a média dos últimos doze meses. Caso contrário, a cobrança seguirá os critérios normais previstos nas normas (<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1997/200/2000/lei-ordinaria-n-2000-1997-regulamento-dos-servicos-publicos-de-abastecimento-de-agua-e-esgotamento-sanitario-do-municipio-de-paranagua> - Lei Municipal nº 2000, de 5 de junho de 1997. Dispõe sobre o regulamento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Paranaguá) da CONTRATADA para este tipo de situação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso haja vazamento no imóvel, cujo consumo mensal venha a comprometer os limites contratados, fica estabelecido que a CONTRATADA cobrará pelos serviços contratados de acordo com as suas normas internas vigentes na época da ocorrência.

CLAUSULA TERCEIRA: VALORES COBRADOS REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores correspondentes às faixas de consumo pelo fornecimento do objeto, apresentada em faturas distintas para a unidade consumidora, equivalentes ao ciclo de leitura, sendo o valor mensal global de R\$ 827,81 (oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos), e valor global anual do Contrato estimado em R\$ 9.933,76 (nove mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal, dos totais dos volumes faturados com base nas tarifas em vigor nas épocas próprias de seu vencimento, conforme o consumo medido, além do custo mínimo fixo, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE DOS VALORES COBRADOS

Os valores cobrados poderão ser alterados de modo a atender os reajustes e as eventuais revisões tarifárias, aos quais a CONTRATANTE está sujeita, devidamente autorizados pelas autoridades competentes.

CLÁUSULA QUINTA: DO FATURAMENTO

O faturamento será mensal, utilizando-se os valores vigentes na data de emissão da conta.

PARÁGRAFO ÚNICO: A conta mensal será emitida e entregue à CONTRATANTE com o mínimo de 07 (sete) dias corridos antes do vencimento, podendo ser quitada em qualquer entidade arrecadadora autorizada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA: DA DATA DE PAGAMENTO

As faturas que não forem pagas na data de vencimento, sofrerão atualização monetária, de forma *pro rata* dia, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e multa moratória de 2% (dois por cento), sobre o valor em aberto. A atualização monetária, juros, multas e outras penalidades serão lançadas na fatura do mês imediatamente subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Eventuais dúvidas sobre as contas não serão aceitas como motivos de suspensão do pagamento, devendo ser discutidas e acertadas em processo à parte, que concluirá pelo pagamento ou restituição da diferença apurada. O não pagamento da conta no seu vencimento sujeitará a CONTRATANTE ao pagamento de acréscimos constantes no Regulamento da PARANAGUÁ SANEAMENTO S.A.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A conta não quitada até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento normal, facultará à CONTRATADA suspender o abastecimento de água, bem como a execução da dívida, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA QUALIDADE DA ÁGUA

A CONTRATADA garante que a qualidade da água decorrente da ligação, a ser fornecida à CONTRATANTE, seguirá os mesmos padrões para o abastecimento aos demais usuários da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA: DA GUARDA E CONSERVAÇÃO DOS HIDRÔMETROS

O fornecimento de água deverá processar-se em obediência à legislação em vigor, na forma estabelecida pelos regulamentos e normas da CONTRATADA, especialmente observando o previsto na lei no 2000, de 5 de junho de 1997, que estabelece “o Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Paranaguá”.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE responsabilizar-se-á pela guarda e conservação dos hidrômetros, nos termos do presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando forem constatadas, por três vezes consecutivas, vazões incompatíveis com a capacidade do hidrômetro instalado, o mesmo será substituído por outro de capacidade adequada, correndo as respectivas despesas por conta da CONTRATANTE, desde que não se caracterize erro de dimensionamento do hidrômetro por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

A CONTRATANTE consentirá, em qualquer tempo, que representantes da CONTRATADA, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações hidráulicas de sua propriedade, fornecendo aos mesmos, sempre que for solicitado, dados e informações sobre assuntos pertinentes ao funcionamento da ligação do sistema da CONTRATADA, que se compromete a respeitar o regulamento em vigor da CONTRATANTE, quando da entrada em seu recinto.

CLÁUSULA DÉCIMA: SUSPENSÃO DE ABASTECIMENTO

A CONTRATADA se reserva o direito de suspender total ou parcialmente o fornecimento de água e isenta-se de qualquer responsabilidade, penalidade ou prejuízo acaso advindos à CONTRATANTE em consequência desse fato, quando a suspensão se verificar por motivo de caso fortuito ou força maior, como greves, estiagem, incêndios, explosões, guerras, revoluções, inundações, acidentes nas instalações, fenômenos meteorológicos, falta de

energia elétrica e outros pertinentes, priorizando o abastecimento Hospitalar e população coletiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na ocorrência de um dos fatos previstos no "caput" desta Cláusula, o consumo mensal será cobrado de acordo com o efetivamente medido no hidrômetro, sendo que a conta cobrada nunca poderá ser inferior à tarifa mínima vigente na época.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituirá motivo de suspensão do fornecimento a inobservância pela CONTRATANTE de qualquer cláusula do presente Contrato, desde que, depois de devidamente notificada formalmente por escrito pela CONTRATADA, persista na irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato será por prazo indeterminado, retroagindo todos os seus efeitos desde o início da prestação dos serviços, ocorrida em 01 de janeiro de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DA RESCISÃO

O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato ou a inobservância das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos confere a quaisquer das Partes o direito de rescindi-lo, sem prejuízo da indenização por perdas e danos que vier a ser apurada em processo próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica estabelecido ainda, que qualquer das Partes poderá rescindir o Contrato, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial, respeitando o direito de ampla defesa, na ocorrência de qualquer dos casos enumerados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam assegurados às Partes, no caso de rescisão administrativa, os direitos previstos no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Também poderá se dar rescisão contratual por acordo entre as Partes, reduzindo o termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

As despesas decorrentes da execução deste Contrato, estimadas anual em R\$ 9.933,76 (nove mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos) correrão à conta dos recursos específicos constantes do [Orçamento Fiscal do ESTADO de 2016] consignados na codificação orçamentária nº . Nos exercícios seguintes, a CONTRATANTE consignará no seu orçamento as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos obedecendo os reajustes tarifários.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DOS CASOS OMISSOS

Para os casos omissos no presente Contrato e relativos às condições de fornecimento de água tratada, prevalecerão as condições gerais estipuladas no Regulamento de Serviços prestados

pela CONTRATADA e da legislação específica vigente, os quais a CONTRATANTE declara conhecer.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todas as normas inerentes ao fornecimento de água tratada, inclusive os procedimentos usualmente adotados pela CONTRATADA são parte integrante deste Contrato, independentemente da transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DAS NORMAS E REGULAMENTOS

O presente Contrato fica regido pelas legislações que regulamentam o fornecimento de rede de água tratada em âmbito Federal, Estadual e Municipal, especialmente o contido na Lei nº 2000, de 5 de junho de 1997, que estabelece “o Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Paranaguá”.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DO COMPLIANCE

Cada Parte, por si e por suas subsidiárias, controladas e coligadas, bem como por seus respectivos sócios, administradores, executivos, empregados, prepostos, subcontratados e procuradores, expressamente concorda que: (i) deverá cumprir e respeitar de forma ampla e geral as leis e regulamentações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, aos artigos 317 e 333 do Código Penal Brasileiro, à Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, à Lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011, à Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, e às demais leis brasileiras relacionadas à atos de corrupção passiva e ativa, direito concorrencial, responsabilização fiscal e fraude; (ii) não poderá oferecer qualquer tipo de pagamento ou qualquer bem de valor pessoal, nem de forma direta, nem de forma indireta, para qualquer agente público ou indivíduo empregado, vinculado ou associado com qualquer entidade que possua participação societária ou controle direto ou indireto pelo Poder Público, em qualquer de suas esferas; (iii) não está recebendo qualquer valor ou recursos para realização de subornos ou quaisquer outros atos que violem o exposto nesta cláusula; e (iv) que defenderá, indenizará e não responsabilizará a outra Parte e suas afiliadas, seus dirigentes, diretores e funcionários contra qualquer ação, despesas ou responsabilizações que poderão surgir em conexão com esta cláusula.

Cada Parte declara e garante, ainda, por si e por suas subsidiárias, controladas e coligadas, bem como por seus respectivos sócios, administradores, executivos, empregados, prepostos, subcontratados e procuradores, que: (i) conduzirá este Contrato em respeito às convenções e aos tratados internacionais de Direitos Humanos, combatendo à discriminação em todas as suas formas; (ii) respeitará a diversidade, sem tolerar qualquer tipo de discriminação por raça, etnia, sexo, cor, idade, orientação sexual e identidade de gênero; (iii) não tolerará qualquer tipo de tratamento desumano, cruel e degradante, assédio moral, psicológico ou sexual e agressão física e verbal, (iv) assegurará o acesso a mecanismos de denúncias e reclamação sobre eventuais violações aos direitos humanos; e (v) defenderá, indenizará e não responsabilizará a outra Parte e suas afiliadas, seus dirigentes, diretores e funcionários contra qualquer ação, despesas ou responsabilizações que poderão surgir em conexão com esta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As notificações e avisos deverão ser encaminhados pelas Partes por escrito e entregues mediante protocolo, aviso de recebimento ou e-mail, para os endereços indicados no preâmbulo deste Contrato, considerando-se recebidos se comprovado seu recebimento no endereço indicado.

Nenhuma alteração deste Contrato será considerada válida, exceto se acordada expressamente por meio de aditivo contratual escrito e assinado pelas Partes.

A eventual tolerância quanto a qualquer violação dos termos e condições deste Contrato será considerada mera liberalidade e não será interpretada como novação, precedente invocável, renúncia a direitos, alteração tácita de seus termos, direito adquirido da outra Parte ou alteração contratual.

As Partes declaram ciência e expressam concordância quanto a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia que o presente Instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil), bem como ao exposto na MP 2.200-2, no que for aplicável.

Este Contrato constitui o entendimento integral entre as Partes e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões em relação ao seu objeto; bem como obriga às Partes e seus sucessores, a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO FORO

Para quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente será o da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, rubricadas para todos os fins de direito, e na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo.

Paranaguá/PR, 22 de março de 2022.

[Este espaço foi deixado intencionalmente em branco. As assinaturas das Partes e das testemunhas continuam na página seguinte]

[Continuação do Contrato Especial Para Fornecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto. Esta Página Foi Dedicada Exclusivamente ao Encerramento e à Assinatura das Partes e das Testemunhas]

Assinaturas das Partes:

PARANAGUÁ SANEAMENTO S.A.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL - SR-III

Assinaturas das Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome:

Nome:

RG:

RG:

CPF:

CPF: